

**ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR –  
CEDRAF**

**CURITIBA – 03 DE AGOSTO DE 2005**

Aos três dias do mês de agosto, do ano de dois mil e cinco, às 8:30 horas, na Sala de Reuniões da EMATER-Paraná, Curitiba, PR, reuniram-se os Conselheiros do CEDRAF e demais convidados, para a Décima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar – CEDRAF. A Convocação da Reunião, realizada pelo seu Presidente, no dia 05 de julho, através do Ofício Circular nº 19/2005 – CEDRAF, com a seguinte **Pauta**: 1) Abertura da Reunião; 2) Aprovação da ATA nº 11/2005; 3) Informes da Secretaria Executiva do CEDRAF; 4) Análise e Aprovação dos Projetos do PRONAT (Territoriais, Pré-territoriais e Intermunicipais); 5) Apresentação das Ações Comitê de ATER); 6) Apresentação do Território do Sudoeste; 7) Criação da Câmara Técnica de Apicultura; 8) Assuntos Gerais. **Conselheiros e Convidados Presentes**: Secretário de Estado Orlando Pessuti e Francisco Carlos Simioni (SEAB), Márcio Miranda (IAPAR), Celso Natel Meister (SFA/MAPA), Osmiranou Alves Siqueira e José Maria Vicente Rodrigues (ARCAFAR SUL), Nestor Bragagnolo (SEPL), Sabrina Parrino (SETP), Valmor Luiz Bordin (CONAB), José Carlos B. de Oliveira e Silva (AMP), Deputado Augustinho Zucchi (ALPR), João Carlos S. Torrens (DESER), Zeno Cláudio Lunkes (SICREDI CENTRAL), Sergio Roberto Auffinger (EMATER), Silvio Galvan (APASEMA), Themis Piazzetta (SEMA), Vanderley Ziger (CRESOL), Pedro Augusto Martins Loyola (FAEP), Mário Plefk (FETAEP), Marcos Rochinski (FETRAF SUL), Vitorino Coradin (MPA), Alceni Domingues (FEPAR), Sergio M de Bittencourt (SEMA/IAP), Robson L. Mafioletti (OCEPAR), Carlos Roberto Bittencourt (DEAGRO), Francisco Carlos Simioni (SEAB), Ivo Nairnei (APPA), Edmir M. Ferreira (FED/PESC), Onildo Benvenho (SEBRAE-PR). Participaram ainda, sem direito a voto, o Secretário Executivo do Conselho Luiz Carlos Teixeira Lopes e os convidados Reni Antonio Denardi (Delegado Federal do MDA); João Batista Zanini (Litoral); Luiz Carlos Lima (PR-Centro); Marcelo Hupalo (Campos Gerais); Marystela Valdomeri (Cantuquiriguaçu); Pedro Boller (Sudoeste), Ednilson Pereira Gomes (IAPAR), Marcos Jamil Auache (COOPERIGUAÇU), Ângelo Aparecido Morconato, Osmar B. Setrinski (Sec. Municipal de Agr. de Inácio Martins), João Teixeira da Cruz (Bloco Parlamentar Agropecuário - ALP), Solange M.R. Coelho (AFA/EMATER), Joaquim Grzybowski (CONDETEC), Breno Aragão Tiburcio (SDT/MDA), Ademar Colturato (EMATER), Dulcido A C. Bech (Sec. Agric. Reserva), Ademir L. Dallazen (Fórum Sudoeste de Entidades), Clóvis Santos (Pref. Fernandes Pinheiro), Roni Adriani Bife (Pref. Imbituva), Eliel de Freitas (EMATER), Germano do R.F. Kusdra (Vice-Prefeito de Ipiranga), Rita Rosana Maranhã (EMATER/Rio Branco do Sul), Sergio R. Mantovani (BBSA), Airton Tomazi (Prefeitura de Morretes), Sergio Luiz Lissa (SEAB/NRPGUÁ), Liziane K.<sup>a</sup> de Moraes (UNICENTRO), Marta Chagas Monteiro (UNICENTRO), Valentim Spanceerki (CONSAD), Jaci Poli (CONSAD ENTRE RIOS), Vitor Hugo Zanetti (REITOR UNICENTRO), Inácio Cattani (CENTRAL SICREDI-PR), Iara Luis Favaro (UNICENTRO), Friedel Tealmo Potther (Território Centro-Sul), Margarido B. Weiss (Prefeitura Diamante do Sul), Lothário

Lohmann (FEPA) e Professor Braída (CEFET), Othon Guedes (Assembléia Legislativa). **Abertura:** O Secretário da Agricultura Orlando Pessuti, abriu a reunião, agradecendo a presença de todos e lendo a pauta, destacou as presenças dos Prefeitos João Carlos (Cruzeiro do Sul), José Blum, de Ipiranga, Richard Golba (Cândido de Abreu), do Vice- Prefeito de Ipiranga, Germano Kusdra e do deputado Augustinho Zucchi, todos os nossos conselheiros presentes. Registrou as presenças do Reitor Vitor Hugo Zanetti e do Professor Jorge Luiz Favaro, representantes da UNICENTRO. **Aprovação da Ata da Reunião Anterior:** O presidente do CEDRAF colocou em apreciação e votação a ATA da 11 Reunião Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. **Informes da Secretaria Executiva:** O Secretário do CEDRAF, Luiz Carlos Lopes, fez um relato resumido com os principais informes da Secretaria Executiva, destacando as ações para análise dos projetos do PRONAT. Ressaltou o 1º item do Informe da Secretaria Executiva, que trata do Programa de Fortalecimento da Rede de Desenvolvimento Rural Sustentável. Afirmou que o CEDRAF promove ações a respeito de uma proposta da SDT/CONDRAF, de reestruturar, aprimorar e melhorar os conselhos e também integrar os diferentes colegiados: nacional, estadual, regional, territoriais e municipais. Informou que o grupo de trabalho, composto por João Torrens, Jaci Poli, Arilson, Paulo Nascimento e o Luiz Lopes, definiu a data de 22 e 23 de setembro para realizar a referida oficina. O Grupo de Trabalho está visitando cada entidade, trabalhando melhor esta questão, mais o principal é rediscutir o próprio conselho, após 02 anos de constituição. A Oficina debaterá o papel do CEDRAF, sua composição, desenvolvimento territorial e questões como gênero e geração. Relatou sobre as ações das câmaras técnicas, dos Comitês e grupos de trabalho. **Análise e Aprovação dos Projetos do PRONAT: Primeiro Item (Projetos com pareceres favoráveis do Grupo de Trabalho):** Franciasco Simioni assumiu a presidência, representando o Secretário Pessuti e convidou O Engenheiro Agrônomo da Equipe do Pronaf, Osmar Schultz, o qual apresentou os 29 projetos com parecer favorável do Grupo de Trabalho. Os conselheiros solicitaram informações mais detalhadas sobre o Projeto de Telefones Públicos do Vale do Ribeira, sendo que o Secretário Executivo do Fórum do Vale, Everaldo Ferreira prestou os esclarecimentos solicitados. Após esclarecimentos aos conselheiros os projetos foram colocados em votação, sendo todos aprovados, conforme a seguinte relação: - Território Sudoeste: Cinco projetos aprovados no valor de R\$ 947.409,50 (Rede de Comercialização; Agroindustrialização de Uva; Infraestrutura de Capacitação; Beneficiamento de Grãos Orgânicos; Unidade de Beneficiamento de Mel). – Território Paraná-Centro: Cinco projetos aprovados no valor de R\$ 961.437,00 (Abatedouro de Suínos; Estruturação de ATER; Estruturação de Casas Familiares Rurais; Transporte e Comercialização de Leite; Plantas Medicinais e Fitoterapia). – Território Cantuquiriguaçu: Dois projetos aprovados no valor de R\$1.008.500,00 (Apoio a ATER e Sistemas de Produção; Plantas Medicinais e Fitoterapia). – Território Vale do Ribeira: Dois projetos aprovados no valor de R\$ 338.070,00 (Transporte e Comercialização de Leite e Implantação de Telefones Públicos). – Território Centro-Sul: Foram aprovados dois projetos, no valor de R\$ 547.257,00 (Apoio a Fruticultura; Capacitação de Agentes de Desenvolvimento). – Pré-território Caminhos do Tibagi: Aprovados dois projetos no valor de R\$ 261.129,00

(Estruturação de ATER; Capacitação de Agentes de Desenvolvimento). - CONSAD Entre Rios: Aprovados 3 projetos no valor de R\$316.115,18 (Industrialização de Frutas; Beneficiamento do Leite; Capacitação de Agentes de Desenvolvimento). Pré-território Litoral: Aprovado o Projeto de Capacitação de Agentes de Desenvolvimento, no valor de R\$ 35.975,00. Foram aprovados, ainda, o apoio aos projetos intermunicipais relacionados: API S. Jerônimo da Serra: Produção de Mudanças de Café e Uva, no valor de R\$ 61.000,00; Região Oeste: Apoio à Comercialização de Leite pela Cooplaf, no valor de R\$ 191.140,00; Bituruna: Estruturação de Casa Familiar Rural, no valor de R\$ 38.700,00; Quatro Projetos para Capacitação de Agentes de Desenvolvimento em Iniciativas Intermunicipais: Campo Mourão – R\$ 54.254,50; Pato Branco: R\$30.862,00; Oeste do Paraná: R\$48.644,00; Nordeste do PR: R\$28.693,00. **Segundo item (Projetos sem pareceres favoráveis do grupo de Trabalho)**: Osmar Schultz apresentou os três projetos (um do Litoral e dois do Sudoeste) que não atenderam aos critérios considerados pelo Grupo de Trabalho. Em seguida ocorreram debates intenso por cerca de duas horas, sendo destacados alguns depoimentos: - Projeto do Litoral: Os Conselheiros Edmir Ferreira (Fed. Pescadores) e Alceni Domingues (FEPAR), o Chefe do Escritório Regional da EMATER - João Batista Zanini, o Chefe de Núcleo da SEAB - Sérgio Lissa, defenderam o projeto de Apoio à Produção de Leite apresentado pela Cooperativa Comata, alegando a importância do Leite para a região e a prioridade estabelecida pelo Conselho Regional de Desenvolvimento. O presidente da Comata relatou os avanços e desafios da cooperativa, destacando que a desaprovação do projeto inviabilizará a entidade, devido às novas exigências sanitárias impostas pelo MAPA para o setor. Osmar, Paulo Nascimento e João Torrens, membros do Grupo de Trabalho que analisou o projeto, esclareceram que o projeto é muito frágil, pois beneficia poucos agricultores e propõe elevados recursos para um projeto que não vêm avançando apesar dos recursos já aplicados. Consideraram fundamental a concentração de esforços na organização dos produtores para viabilizar o projeto pois o mercado local é favorável, mas os resultados obtidos não têm sido satisfatórios. Considerando-se a solicitação dos representantes do Litoral e as considerações apresentadas pelos técnicos, o CEDRAF deliberou que o projeto fosse refeito pela região e reavaliado por um grupo ampliado, composto pelos membros do grupo de trabalho anterior e os conselheiros que puderem participar da análise detalhada e do encaminhamento ou não do projeto para o MDA/SDT. Projetos do Sudoeste: Carlos Bittencourt relatou que o Grupo de Trabalho não apresentou parecer favorável aos dois projetos por entenderem que os dois projetos não deixavam muito claro sua contribuição ao processo de desenvolvimento territorial do sudoeste; apesar de apresentados em parceria com entidades de renomado conceito no Estado e no país. Questionou-se se um projeto territorial deveria focar na formação e estruturação sindical, pois os recursos analisados são para infraestrutura e capacitação territorial. Os representantes do Território Sudoeste (Perin e Gelsi) se pronunciaram defendendo que os projetos foram debatidos com profundidade e considerados prioritários pelos integrantes do território. Perin afirmou: “Esse é fórum legítimo, o grupo de Trabalho é legítimo, mas o território também tem legitimidade para definir o que é importante para seu desenvolvimento – eu digo isso, quanto ao questionamento,

de repente você está enfocando a estruturação e/ou priorização de um determinado segmento, você vai estar fortalecendo o movimento sindical. Ora, o movimento sindical cumpre um papel importante num debate – em defesa dos interesses dos agricultores sindicais, daquela região. – Qual é o problema, que o movimento sindical, ou uma Cresol, ou uma Casa de Familiar Rural, esteja a frente, conduzindo o processo, ou até mesmo uma ONG? Nós já tivemos em outros momentos aqui, por exemplo: projetos que priorizaram o trabalho, e eu lembro da Cantuquiriguaçu, no ano passado. Nós aprovamos um projeto, que foi importante para o desenvolvimento da região, mas foi conduzido prioritariamente pela Fundação Rureco, que desenvolveu um trabalho importante de formação e capacitação e que passou inclusive, por boa parte do projeto, usando recursos de estruturação das próprias entidades, da Rureco, dos Sindicatos e assim por diante. Assim, como nós tivemos projetos que ajudaram a estruturar o próprio sistema cresol e que estão ajudando a estruturar as casas familiar rural, eu vejo que todos esses segmentos, são seguimentos importantes para conduzir o processo de desenvolvimento das regiões – eu acho, que o fato de você comprar e/ou estruturar uma coordenação, com um carro e/ou uma moto, não significa dizer que você está dando privilégio para um determinado segmento, os sindicatos. Não, nós estamos estruturando uma proposta da região, onde essa entidade faz parte dessa proposta. É nesse sentido, que eu queria que os projetos tivessem o mesmo encaminhamento do Litoral, podendo ser reavaliados.”

Reni Denardi destacou a necessidade de ajustar a relação custo x benefício dos projetos para que atendam um número adequado de beneficiários, que atendam claramente aos objetivos do Programa PRONAT e que tenham um mecanismo de gestão adequado. Reafirmou a necessidade de superar os muros que existem entre os órgãos públicos e as organizações sociais na Região Sudoeste do Paraná. Gerson destacou os avanços que o sudoeste vem conseguindo, devendo evoluir para território com 42 municípios. João Torrens afirmou: “Acho, a primeira coisa é lembrar que o sudoeste, pela sua história, pela tradição na capacidade de organização – na minha avaliação, eu vou sofrer a crítica pelo que eu vou dizer – poderia ter apresentado o projeto com melhor elaboração. E o fato de serem apresentados 10 projetos inicialmente, já mostra o grau de fragmentação da própria região – depois das costuras, a partir das negociações dos projetos foram reduzidos a 6 projetos, mas isso com provocação do próprio grupo de trabalho. O que nós estamos passando hoje aqui, já nos outros dois momentos anteriores, em que discutimos os projetos territoriais, acho que é um grande aprendizado para todos nós, no sentido de entendermos melhor, criarmos mecanismos mais adequados de construção da tal territorialidade, de desenvolvimento territorial, que não é nada, nada fácil. Acho que de algum modo, os acertos, os erros possíveis de aprovação de implementação de diferentes projetos, de algum modo caminha, traz essa lição para gente desse aprendizado que é bastante complexo. Como o Reni mesmo destacou grupo, entidades com perspectivas de construção, desenvolvimento, inteiramente diferente. Em alguns casos, o sudoeste é um exemplo disso. E agora, sobre o projeto, tem algumas coisas que merecem ser destacadas – 1º que eu vou fazer uma comparação: com um outro projeto, que também veio de organizações ligadas a agricultura familiar, como plantas medicinais da região centro – Paraná-Centro e Cantuquiriguaçu. Foi um projeto

que na sua primeira versão, veio com problemas, eu diria até maiores do que os dois que foram juntados aqui – e o pessoal das duas regiões teve a capacidade de apresentar, talvez uns dos melhores projetos, que estão sendo aprovados aqui – que é o de plantas medicinais. Em pouco, curto espaço de tempo, fizeram um projeto de extensão, mas fundamentado sobre o trabalho e a necessidade do investimento na área de plantas medicinais. Coisa, que no caso do sudoeste, houve uma transposição - se a gente pegar o projeto como está aqui, o que era objetivo de um projeto – o que era objetivo de outro, simplesmente fizeram uma cópia, não tem um objetivo que dê sentido, que uniformize, que contemple as diversidades das ações, aqui levantadas pelo Perin. Então tem um problema técnico no projeto, não é simplesmente juntar e elencar os projetos que estavam com um e estavam com outro e dizer que agora é um projeto só. Isso não é um mais um, continuam sendo dois projetos separados. Um aspecto que eu acho, que nós levantamos, enquanto um dos princípios norteadores, no momento de definirmos como nós nos orientaríamos pela aprovação de determinados projetos – projetos: que como esse que viabilizava apenas parte dos recursos, para uma atividade. Aqui no caso, o laboratório que está sendo solicitado, no caso tem o apoio R\$ 15 mil – falta ainda outra metade – para esse laboratório, essa é uma decisão nossa, de não apostar, não viabilizar recursos para projetos que estivessem pela metade. Só para esclarecer outro ponto: e, por fim, eu acho, como parte desse aprendizado todo, que se está exercitando aqui – um aspecto central, que a gente vai ter que levar em consideração – como parâmetro, como critério para os próximos projetos a serem analisados (que todas as entidades se habilitem a esse aprendizado coletivo) que é pensar nesses territórios - é que o foco da grande maioria dos projetos, está voltado para estrutura – seja ela de equipamento, seja ela carro, seja ela para computador. Na minha visão, a gente tem que usar mais a nossa capacidade criativa e pensar formas de efetivar o desenvolvimento territorial que vão além desses processos, digamos assim: dessas estruturas – seja ela moto, seja ela carro, computador - que possam mostrar a aplicação de recursos, que possam mais diretamente beneficiar as famílias dos agricultores das diferentes regiões, dos diferentes territórios do nosso Estado. Esse é um desafio, que todo mundo assim, compenetrado, fazendo com que os projetos possam ter mais articulação, no mesmo território ou em um território vizinho”. O Coordenador Territorial da Região Sul e Sudeste do Brasil pelo MDA/SDT, Breno Tibúrcio explanou sobre o processo de desenvolvimento territorial liderado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, destacando o papel da sociedade, através dos fóruns regionais, conselhos estaduais e do CONDRAF. A Plenária do CEDRAF deliberou por constituir uma equipe formada pelo Grupo de Trabalho de Análise de Projetos com a participação de outros conselheiros, para avaliar os projetos refeitos pelos territórios do Sudoeste e do Litoral. Este grupo ampliado deverá analisar os projetos até 31 de agosto, tendo a autorização do CEDRAF para aprová-los e encaminhá-los ao MDA/SDT, ou não recomendar sua aprovação, caso não atenda os critérios mínimos estabelecidos. Luiz Lopes sugeriu que o conselho aprovasse que os R\$ 56.000,00 que sobraram da cota do Território Paraná-Centro fossem usados na ampliação do Projeto de Leite do mesmo território. A proposta foi autorizada pela plenária do CEDRAF. Sérgio Bittencourt (SEMA): “Eu represento aqui a Secretaria de Estado do Meio Ambiente

e tenho presenciado, quase todas as reuniões do Conselho e por participar em quase todas as reuniões do Cedraf, tenho uma noção do que está acontecendo nos territórios do Paraná. – Realmente, tem situações muito diferentes. Em diversos territórios do Litoral, Vale do Ribeira também, e tem outras coisas bem evoluídas aí. E eu entendi o desafio, e eu aceitei, como conselheiro do Cedraf. Mas acho muito importante para a evolução desses planos, que aconteçam, realmente. A contratação desses projetos, que foram aprovados pelo Cedraf, isso é um combustível, muito importante para toda essa mobilização que houve, vamos dizer: sócio-técnica, para que ela tenha continuidade, nessa questão territorial. João Torrens destacou a necessidade da Construção e Implantação dos Planos de Desenvolvimento Territoriais, inclusive com estratégias de dinamização das economias locais, além da articulação de políticas públicas. **Comitê de ATER:** Osmiranou, Solange (AFA) e Luiz Lopes relataram que o Comitê se reuniu dia 11/07/2005, elaborando o regimento interno, estudando o Plano Nacional de ATER – PNATER e negociando a seqüência de Seminários a serem realizados nas diferentes regiões do Estado, sob a coordenação do Ari Frozza, cabendo ao Benedito Luiz de Almeida secretariar o grupo. A Secretaria Executiva recebeu solicitação da Associação dos Funcionários da Emater – AFA, tendo parecer favorável do Comitê de ATER, o qual remete ao CEDRAF a decisão. A presidente da AFA, Solange Maria Coelho justificou o interesse dos trabalhadores da extensão rural, os quais atuam com a agricultura familiar e a reforma agrária, em contribuir para a elaboração de um plano estadual de extensão rural coerente com a realidade atual. Solange afirmou que a associação sempre provocou essa discussão, do papel da Ater, junto com os funcionários – antes mesmo, do estabelecimento da política e do programa: “A gente tem provocado junto aos funcionários, que tipo de extensão, os usuários do serviço tem solicitado. Trouxe a representação dos agricultores, para dizer que trabalho, que se espera da assistência técnica e da extensão rural. Quando a política começou a ser discutida, a gente também participou da construção. No Seminário que teve em São José dos Pinhais, no seminário nacional e depois, no que desencadeou agora, nossas ações regionais - que foi o seminário de Pinhais, depois que a política, já estava construída. – Então a gente participou nesse momento de construção, e o que nós desejamos agora, é ter a oportunidade participar na consolidação; que a gente entende que é fundamental, são os trabalhadores da extensão rural que estão solicitando a oportunidade para participar nessa consolidação do processo. José Maria (ARCAFAR) parabenizou a AFA pela iniciativa. Simioni colocou a proposta em apreciação, sendo aprovada por unanimidade a participação da AFA no Comitê de ATER. **Apresentação do Território do Sudoeste:** Simioni informa que o deputado Agostinho Zucchi teve que se retirar mas que registra o apoio ao Sudoeste, inclusive na proposta de ampliação do território, a qual não será debatida neste momento. O Professor Braidia (CEFET de Pato Branco) se apresentou como membro do Grupo Gestor do Território Sudoeste e também como Membro da Comissão, formada em julho de 2004, para discutir o desenvolvimento na região de Pato Branco, composta por 15 municípios. O Professor Braidia apresentou os dados e o histórico das ações realizadas no Sudoeste, reforçando a história e a identidade da região. Informou sobre a negociação para ampliar o território do sudoeste, assunto que deverá ser

tratado oportunamente pelo CEDRAF. Breno Tibúrcio que o CONDRAF, através do Secretário Humberto de Oliveira, solicita que os estados identifiquem seus territórios, os quais devem ser reconhecidos pelos CEDRS e apoiados por políticas nacionais e estaduais. Bittencourt informou que a Secretaria de Planejamento já tem um trabalho de identificação territorial e de ranqueamento das regiões prioritárias. Nestor Bragagnolo confirmou os estudos do IAPAR e IPARDES, quando cruzaram 35 indicadores do Censo e 02 indicadores de Aptidão de Solos, agrupando os 399 municípios do Paraná em grupos homogêneos, formando 22 territórios. Após ranqueou-se a prioridade apartir de indicadores selecionados, como o IDH-M e a Pobreza. Está sendo negociado um projeto com o Banco Mundial, para ser implementado no Paraná. Perin afirmou: “Acho que o Braida deixou claro a nossa posição; diante até do que se pensou na região do sudoeste, serve de lição para outras regiões. Essa reflexão que se fez hoje aqui, em cima de um problema ou de outro, remete para nós, repensar algumas coisas: – não existe uma coisa pronta – acho até, pelo que se está vendo aqui, se desenhando – remete a cada região repensar, porque não adianta a gente fatiar, nós somos uma região parecida, e só temos alguns estrangulamentos. E, é importante que esses estrangulamentos em cima de alguns problemas, é que a gente consegue avançar. Assim como lição de casa e vendo antes a manifestação que o pessoal teve em cima dos problemas. Que não seja os recursos do território que vá nos unir e/ou nos dividir, porque essa é uma posição muito clara. Bom, o pessoal disse: se nós se unir com esse mesmo recurso, a gente vai fragmentar mais, mas não foi essa a posição do pessoal. E, eu queria reafirmar aqui, a posição do Fórum das Entidades da Região Sudoeste, que se retome esse debate, que é fundamental: tem que retomar e motivar inclusive o poder publico, o prefeito e os vereadores da região, na soma desse projeto. A gente tem que repensar de fato o projeto na forma de desenvolvimento, mas com munção e aprendizado desse debate – que hoje remete a cada região repensar. **Criação da Câmara Técnica de Apicultura:** O Presidente da Federação Paranaense de Apicultores (FEPA), Lothário Lohmann e o Médico Veterinário do DERAL, Roberto Carlos Andrade apresentaram os principais dados da apicultura paranaense a solicitação do setor para que seja formada a Câmara Técnica de Apicultura. Roberto Carlos informou que o Paraná produz cerca de 4 a 5 mil toneladas de mel por ano, exportando em torno de quatro milhões de dólares no ano passado. O IBGE considera que existem cerca de 30.000 produtores de mel no Paraná. Informou que no dia 22 de julho foi realizado, na Secretaria da Agricultura, um Encontro Estadual da Apicultura, com a presença de 120 pessoas (técnicos, apicultores e líderes de associação) onde foi debatido e referendado a criação dessa Câmara Técnica. Os conselheiros aprovaram, por unanimidade, a Criação da Câmara Técnica da Apicultura, recomendando aos proponentes que ajustassem os procedimentos com a Secretaria Executiva do Conselho. **Assuntos Gerais:** Bittencourt colocou em apreciação a indicação de dois membros do CEDRAF para participar do Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em Brasília, de 23 a 25 de agosto. Foram eleitos o Luiz Lopes e um representante a ser indicado pela FETAEP, sendo que os conselheiros do CONDRAF já têm vaga assegurada. Carlos Bittencourt informou sobre o Programa de Sementes da SEAB que está destinando três milhões e quinhentos mil reais

para aquisição de sementes de milho e algodão para agricultores familiares. A Plenária solicitou providências a respeito do financiamento de milho, quando ocorrem dificuldades para a aceitação dos milhos variedades, devido à problemas com a política de zoneamento agropecuário do MAPA., prejudicando o acesso ao Proagro. Sérgio Auffinger informou sobre o Programa Bolsa Estiagem. O CEDRAF deliberou que o Grupo de Trabalho do Programa Bolsa Estiagem tem autonomia para remanejar cotas, caso seja necessário. Simioni agradeceu a participação de todos, em nome do Secretário Pessuti e encerrou a reunião. Nada mais havendo a relatar, encerramos a presente ATA que, após aprovada, será lavrada com a assinatura do Presidente e do Secretário Executivo do Conselho.